



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Presidência da República:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade:

Direcção-Geral e Administração.

Ministério da Administração Interna:

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Defesa:

Direcção de Serviço de Administração

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas:

Direcção da Administração.

Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e Ministério do Trabalho e Solidariedade:

Gabinete dos Ministros.

Município da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos.

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério das Finanças e Planeamento:

Direcção da Administração.

Conselho Superior da Magistratura Judicial:

Secretaria.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a Chefe da Casa da Presidência da República:

De 13 de Julho de 2005:

Amílcar N.º Bundé da Silva, nomeado provisoriamente, no quadro da Direcção-Geral da Administração da Presidência da República, para exercer as funções de técnico-adjunto, referência 11, escalão A, ao abrigo do disposto no n.º 2, alínea a) do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Agosto de 2005)

Direcção-Geral da Administração da Presidência da República, na Praia, aos 22 de Agosto de 2005. – Pelo Director-Geral, *Jorge Octávio Soares Silva*

— o § —

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO
E COMUNIDADES

Direcção-Geral de Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

De 8 de Junho de 2005:

Júlio César Herbert Duarte Lopes, Conselheiro de Embaixada do 3.º Escalão, do quadro diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, nomeado, ao abrigo da b) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugada com o artigo 2.º e n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho, para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades para as Questões Políticas Especiais e Gerais, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

Luís Olegário Monteiro Sanches, secretário de Embaixada do 1.º Escalão, do quadro diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, nomeado, ao abrigo da b) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugada com o artigo 2.º e n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho, para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades para as Questões Jurídicas e Institucionais, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

Os encargos serão suportados pela verba 03.01.01.01 (pessoal do quadro especial) do orçamento em vigor. – (Isentos do Visto do Tribunal de Contas nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho).

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 28 de Março de 2005:

António João Nascimento, secretário de Embaixada de 4.º escalão, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de assessor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

De 14 de Julho de 2005:

Estêvão Tavares Vaz, secretário de Embaixada de 4.º escalão, dada por finda a comissão ordinária de serviço no cargo de Director do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

De 27:

Maria Deotina Tavares Andrade de Carvalho, secretária de Embaixada de 3.º escalão, graduada a Conselheira de Embaixada, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 57/98, de 14 de Dezembro.

De 12 de Agosto:

Adalberto Eduardo Vaz Correia Martins Medina, concedida licença sem vencimento de longa duração ao abrigo do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente ano.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 22 de Agosto de 2005. – O Director-Geral, *Francisco Pereira da Veiga*.

— o § —

MINISTÉRIO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 10 de Março de 2005:

Absorvendo a proposta, do Comandante-Geral da Polícia de Ordem Pública, de 10 de Março, determina-se:

É nomeado Filipe da Rosa Barbosa Vicente, Subintendente da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Inspector Chefe da Polícia de Ordem Pública;

É nomeado Alcides João da Luz, Comissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Comandante Regional da Praia;

É nomeado Tito Cardoso de Barros, Comissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Comandante Regional de São Vicente;

É nomeado Manuel de Jesus Monteiro, Comissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Comandante Regional de Santo Antão;

É nomeado José Augusto Teixeira Barros Ribeiro, Comissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Comandante Regional do Fogo;

É nomeado Daniel de Pina, Comissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Chefe de Direcção de Operações do Comando Geral da Polícia de Ordem Pública;

É nomeado António José Semedo Correia, Subcomissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Presidente do Serviço Social da Polícia de Ordem Pública;

É nomeado José António Vaz Mendes, Subcomissário da Polícia de Ordem Pública, para exercer, em comissão de serviço o cargo de Chefe de Direcção de Finanças do Comando Geral da Polícia de Ordem Pública;

Serviço de Administração de Pessoal do Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública, na Praia, aos 14 de Julho de 2005. – O Chefe do Serviço, *Elísio Vieira Mendes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Defesa:

De 18 de Agosto de 2005:

Capitão António Jorge Silva Rocha, ajudante de campo do Ministro da Defesa, dada por finda a comissão ordinária de serviço, com efeitos a partir de 31 de Agosto do corrente ano, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 24/2001 de 5 de Novembro.

Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa na Praia, aos 19 de Agosto de 2005. – A Directora, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PISCAS

Direcção da Administração

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas:

De 11 de Agosto de 2005:

Carlos Alberto Rocha Évora, técnico superior de referência 14, escalão E, do quadro definitivo da Direcção-Geral das Pescas do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, desempenhando em comissão ordinária de serviço a função de assessor da Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

De 12:

António Jorge Morais Monteiro, técnico de referência 11, escalão A, do quadro pessoal da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 1 de Agosto de 2004, prorrogada a referida licença por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

Despacho conjunto de S. Ex^a a Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas e o Ministro das Finanças e Planeamento:

De 19 de Agosto de 2005:

Pericles Africano Lima Barros, Engenheiro Hidrólogo, de nível 11, referência B, do quadro de pessoal do INGRH, requisitado, nos termos dos artigos 11.º a 16.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, conjugado com o arte.º 56.º do Decreto-Lei n.º 27/2003 de 25 de Agosto, para em comissão ordinária de serviço exercer funções de técnico superior especializado em águas, na Agência de Regulação Económica, por um período de um ano.

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, na Praia, aos 23 de Agosto de 2005. – O Director da Administração, *Manuel António T. Lopes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Gabinete dos Ministros

DESPACHO CONJUNTO

São designados, sob proposta do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, (IEFP) ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2005, de 27 de Junho, que cria junto IEFP a Comissão Nacional de Equivalência (CNE), as seguintes personalidades para integrarem a referida Comissão:

1. Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que preside;
2. Um representante da Direcção do Ensino Técnico;
3. Um representante da Direcção-Geral do Ensino Superior e Ciência;
4. Um representante da Direcção-Geral da Administração Pública;
5. Um representante do Ministério do Trabalho e Solidariedade;

Publique-se

Gabinetes dos Ministros da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e do Trabalho e Solidariedade, na Praia, aos 10 de Agosto de 2005. – Os Ministros, *Filomena de Fátima Ribeiro Martins - Sidónio Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho ex-Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, no uso de competências delegadas por Despacho de S. Ex^a o Ex-Ministro da Educação:

De 16 de Outubro de 2003:

Manuel Tavares Vaz, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Augusta Lopes Marques, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Deolinda Alves, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

João Pedro Pereira Moreno, animador em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de

Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Iolanda Monteiro Lima, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho do Sal, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 22:

Lucílio Mendes Semedo, animador em educação de adultos de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Conceição Silva Brandão Monteiro, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Delgado Dias Ferreira, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho do Porto Novo, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 29:

José Lino Rodrigues Varela, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 19 de Novembro:

Augusto Tavares, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho do Tarrafal, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Alcides Mendes Varela, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 12 de Dezembro:

António Vicente Landim Monteiro, professor de ensino básico, referência 6, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Idelmira Neves Monteiro, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus

vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 05 de Agosto de 2005).

Despacho ex-Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, no uso de competências delegadas por Despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 6 de Janeiro de 2004:

Maria Marina dos Reis Júnior Barbosa, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 9:

Arlete Monteiro Mendes, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Amélia Gomes Tavares, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Mário Semedo Marques, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Orlinda Lopes Araújo, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Agostinho Pires Garcia, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Regino Varela, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Silvino Mendes Cabral, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 10 de Agosto de 2005).

De 13 de Fevereiro:

Eduardo Vaz de Deus Almeida, professor primário, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa

Catarina, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visado pelo Tribunal de Contas, aos 9 de Agosto de 2005).

De 15 de Março:

Maria Natividade Olim Vieira Viula Rodrigues, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Silvestre Ramos Brito, professor primário, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Boa Vista, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Saturnina de Ascensão Costa Spínola, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Hermínia Lopes Ferreira Moreno, monitora especial, referência 5, escalão E, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Tavares, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Juvelina Mendes Mendonça Tavares, monitora especial, referência 5, escalão E, de nomeação definitiva, do Concelho de São Domingos, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 17:

Maria de Lourdes Neves, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Graciete Silva Dono, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 19:

Ireneu Silva Ribeiro, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Francisca Carmezinda de Sousa Costa Lizardo, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de

São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 25:

Silvino Moreno de Pina, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Inês Moreira Nunes Tavares, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Manuela de Carvalho Moreno, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 30:

Manuel Alves, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho dos Mosteiros, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Josefa Oliveira Rocha, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho do Sal, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 10 de Agosto de 2005).

De 14 de Abril:

Vitorina Sousa Neves, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Ribeira Grande, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com uma nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março; com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Salvador Furtado Mendonça, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 20:

António Augusto Socorro de Brito Timas, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com uma nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 9 de Agosto de 2005).

De 22:

Maria Paula Freire Vaz, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de São Domingos, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Barbosa Amado de Pina da Moeda, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 10 de Agosto de 2005).

De 3 de Maio:

Ana Lina do Rosário de Pina Querido, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Luz Pires Fernandes, monitora especial, referência 5, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho do Tarrafal, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 9:

José da Conceição Andrade Fernandes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 22:

Henrique Armando Lopes Teixeira, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Filomena Maria do Espírito Santo Correia Barros Andrade, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 26:

Daniel Nascimento Monteiro, animador em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus

vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Lino Mendes Fernandes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Lourdes Neves, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Anita Barros Dias, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Elisabete Gomes Monteiro Andrade de Jesus, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 11 de Agosto de 2005).

De 1 de Junho:

Ilídio Cardoso Fernandes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Domingos, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Júlia Varela Tavares, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 6:

Leão Lopes Ribeiro, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 9:

Teresa Maria Medina Gomes, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção

dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Carmelita Maria Fortes Fernandes, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Lourdes Almada Correia, professora primária, referência 4, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Filomena Silva Semedo, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima da Rocha Soares Ferrage, professora primária, referência 4, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Norberta Sanches Moreira, professora primária, referência 4, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Gabriel Ramos, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Amélia Horta Semedo, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Helena Vieira Andrade, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Filomena Correia Freire, professora primária, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Moreno, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Pedro do Rosário Nascimento, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Nicolau, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Soares Pascoal, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

António Nascimento Pereira, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Victorino Correia Cabral, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 18:

Maria Gracinda Semedo Spínola, professora primária, referência 4, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Lucas Soares Furtado, professor primário, referência 4, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 21:

Maria Isabel Garcia Andrade, professora de ensino de básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Viriato Ramos Gonçalves, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Nicolau, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 29:

Elisa Ramos Tavares, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do

n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Nascimento Furtado, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Jorge Monteiro Fernandes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Paula Guiomar de Pina Alfama, professora de ensino básico integrado de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Amélia de Sá Nogueira Mendes, professora de posto escolar, referência 1, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 09 de Agosto de 2005).

De 1 de Julho:

Arlindo Monteiro Nunes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Júlia Vieira Barros, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria do Livramento dos Reis Évora, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

David Joaquim Monteiro, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 14:

Eugénia Maria dos Santos, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de

São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Conceição Moreno Borges, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Firmino Gomes Tavares, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Eulália Mendes Vieira Semedo, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Martinho Vaz Mendes Gomes, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho dos Mosteiros, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Júlia Monteiro Inácio Monteiro, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Eduardo Fernandes Moreira, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Elisabeth Vaz Alves, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 2 de Agosto:

Amélia Antónia Sousa, educadora de infância de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Salvador Vieira, monitor especial, referência 5, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro,

com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Jacinta Mendes Varela, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Angelina Fernandes Semedo, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Manuela Moreira, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Ildia Barreto Martins, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Arlte Tavares Gonçalves Nogueira, educadora de infância, referência 2, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Eunice de Jesus Gomes Varela, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 3:

Maria Emilia Pereira, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Felismina dos Santos Moreno, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Felisberto Monteiro de Carvalho, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Miguel, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Inês da Cruz Martins, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Miguel, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Conceição Gomes, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Miguel, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Joana Antónia Delgado Sousa, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho do Porto Novo, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Sanches Lopes Tavares Silva, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 18:

Maria da Graça Martins Borges, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 19:

Antonietta Pereira de Pina, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Cosmo Silva Fernandes, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho do Maio, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Vitalina Monteiro Tavares, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Felisberta Maria Fernandes Costa de Pina Pires, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Arlindo Vieira Furtado, professor primário, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído

subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Helena Almeida Correia, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Joana Margarida Monteiro, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Rita Mendes Furtado, professora de posto escolar, referência 1, escalão E, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Fátima Maria Antunes da Silva Barbosa Fernandes, educadora de infância, referência 2, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Lucialina Domingas Fernandes Silva, educadora de infância, referência 2, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Imelda Filomena Andrade Cruz, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria dos Reis Monteiro Varela, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Arlinda Santos Morais Ramos, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Victor Manuel Gomes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Filomena Tavares Ortet, professora primária, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

João Monteiro Cardoso, professor primário, referência 3, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Natália de Fátima Fernandes Silva Santos, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Olívio Mendes de Brito, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Celeste da Silva Sanches Rodrigues, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Emídio Fernandes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Auzenda Marques Freire Fernandes, educadora de infância, referência 2, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 21:

Maria Ivete Lopes Sanches da Silva, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Aldina Tavares Gonçalves, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Domingos, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Pires Vieira Monteiro, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus

vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Carlos Alberto Monteiro Tavares, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Jesus Rodrigues Pereira Furtado, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Isabel Gomes de Pina Veiga, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Teodora Silva Rodrigues Teixeira, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho do Tarrafal, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

César Augusto Silva Gomes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Lopes, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Edita da Madalena Martins Silva Araújo, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Ana Valentina Lima, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

João Pedro Souto Barbosa, professor primário, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho do Tarrafal, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Hercelinda Mendes Furtado Duarte, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do

Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria do Carmo Correia Tavares Lopes, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Graciete Tavares Cardoso Leal, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Oswaldo da Rocha Lopes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho da Brava, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 1 de Setembro:

Isidora Rodrigues Santos, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 2:

Catarina Lopes Moniz Vaz, professora primária, referência 4, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Luisa Duarte Moreno, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Filomena Josefa Lopes Semedo da Graça, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho de São Nicolau, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 3:

Ana Mafalda Tavares Monteiro dos Santos, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-

Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Margarida Varela Mendes Tavares Fernandes, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 18:

Catarina Sousa Varela Tavares Varela, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Luisa Maria Mendes Varela Hopffer Barreto, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

José Pedro da Paz Monteiro, professor primário, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho do Porto Novo, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Martinha Monteiro Tavares, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

João Semedo Silva, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Franklim Ramos, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 9 de Agosto de 2005).

De 16 de Outubro:

Joaquina Lopes Correia, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Conceição Sapinho Rodrigues Pires, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Lígia Filomena do Rosário, professora primária, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 22:

Ernestina Borges Pereira Tavares, professora primária, referência 3, escalão B, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Genoveva Lopes Correia, animadora em educação de adultos, referência 3, escalão A, de nomeação definitiva, do Concelho de Santa Cruz, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 10 de Agosto de 2005).

De 12 de Dezembro:

Maria Celeste Oliveira Rodrigues, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho da Ribeira Grande, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Dias Varela, professora primária, referência 3, escalão D, de nomeação definitiva, do Concelho do Tarrafal, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Legislativo n.º 7/98, de 28 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 9 de Agosto de 2005).

As despesas têm cabimento na Divisão 10.16.06, Cl. Ec. 03.01.01.05 do orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

De 22 de Janeiro de 2005:

Jacinto da Veiga Miranda, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Manuel do Rosário de Fátima, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 4

horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Ana Mendes Lopes, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Palmarejo, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Nilda Linete Tavares Ramos de Pina Vaz, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Palmarejo, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Nair do Rosário Brito Lima, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Suzete Delgado, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria de Jesus Dias Santos Baptista, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Carlos Alberto Mendes Fonseca, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Elisa Maria Lima dos Reis Monteiro Cardoso, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

António Carlos Pereira Brito, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Emanuel Jesus Correia Lopes, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária de São Domingos, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 7 de Fevereiro:

Arlindo Monteiro Lopes da Costa, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Constantino Semedo, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria do Livramento Silva Abade Lopes, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal

da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 26 de Maio:

Carlos Alberto Lopes, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

João Emanuel Almeida Duarte, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 4 de Junho:

Victor Manuel Lopes Semedo, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Antão Maria dos Santos Pinheiro, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária José Augusto Pinto, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Aldicia Filomena de Morais Évora, mestra de oficina, referência 6, escalão F, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cesaltina Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Emelindo Pereira Fernandes, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu de Santa Catarina, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Aldina da Ressurreição da Luz Fonseca, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Felisberto Lopes da Veiga, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária de São Miguel, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 12:

Raquel Lima Rodrigues Fermino, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão E, de nomeação definitiva, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Fátima da Conceição de Sousa Carvalho, professor(a) do ensino secundário principal, referência 10, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Manuela Filipe da Cruz Martins, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Celisa Maria Alves Barbosa Marques da Silva, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 29:

Pascoal Bailão Fonseca, professor(a) do ensino secundário primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Francisca Mendes dos Santos, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cesaltina Ramos, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Osvaldina dos Santos Almeida, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária da Calabaceira, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Manuel da Conceição Gonçalves Monteiro, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Isabel Santos Lima, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Manuel de Jesus Furtado Cardoso, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Augusta Borges de Barros Dias, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Pedro Gomes, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Luís Martins Varela, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu de Santa Catarina, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Silvestre Freire Tavares, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu de Santa Catarina, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

João Marcos Mota, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Estevão Monteiro Borges, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 11 de Julho:

Marcelino Andrade Rodrigues Pereira, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Helena do Canto Andrade Correia, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Pedro Gomes, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Eusébio Correia Furtado, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Saturnino Dias de Brito, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria José Mendes de Pina, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Júlia Maria Soares Silva, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 14:

Lina Celina Montrond Rodrigues Lima, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Socorro Mendes Nunes, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Pedro Gomes, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Manuel do Rosário de Fátima, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Ivone Pinto Ferreira, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Inês Frutuosa Santos, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 3 de Agosto:

Maria de Lourdes de Freitas Silva Ramos Évora Pereira, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Palmarejo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Arsénio Silva Moreira, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu de Santa Catarina, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Norberta Varela Pires Mendonça, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Ulisses da Ressurreição d'Almeida Pereira, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cesaltina Ramos, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Morais Costa, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Felisberto Lopes Tavares, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Joanita Almeida Lopes, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 6, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cesaltina Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Silvina Maria Silva Ferreira, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cesaltina Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Filomena Maria Frederico Delgado Silva, professor(a) do ensino secundário principal, referência 10, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Carmen Helena Semedo Tavares, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 4 de Agosto:

Maria de Fátima Dias dos Santos do Rosário, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 8, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Gilberto Furtado Vieira, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 9:

Claudina Rosa do Nascimento Silva, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão E, de nomeação definitiva, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Pedro Nunes Soares, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Tarrafal, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Vitalina Cabral da Veiga, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária da Calabaceira, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Leopoldina dos Reis Borges Orteth dos Santos, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão E, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Maria Amélia da Conceição Fernandes, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

António David Soares, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

De 14:

Manuel da Silva Lopes, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária do Porto Novo, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Miguel Arcângelo Silva, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Rosa Jesus Marques Lopes, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

António Tavares do Rosário, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Jean Pierre Spencer, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Margarida Ana Brasão Elias de Barros Rocha, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 06 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Alberto Francisco Mendes Lopes, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Vanda Augusta Ramos, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa, concedido(a) a redução de 08 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Filomena Margarida Fonseca, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão D, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Ludgero Lima, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

José Ramos da Piedade Viana, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária cónego Jacinto, concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Albertino Africano Mendes Rodrigues, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Pedro Gomes, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Crisolita dos Santos Delgado Olim Vieira, professor(a) do ensino secundário, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Luisa Maria Rodrigues Cardoso Monteiro, professor(a) do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva, em serviço no Liceu Domingos Ramos, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Alcília Delgado Fernandes, professor(a) do ensino secundário adjunto, referência 8, escalão A, de nomeação definitiva, em serviço na escola secundária Jorge Barbosa (colocada na E.S Salesiana), concedido(a) a redução de 02 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/06.

Direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, aos 23 de Agosto de 2005. – O Director, *Ulisses Monteiro*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex.ª o Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública:

De 20 de Junho de 2005:

Maria Henriqueta Livramento Barros Vieira, Professora primária, referência 3, escalão D, da Delegação da Praia do Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, - desligada de

serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com artigo 81º nº 3 do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 504.530\$38 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e trinta escudos e trinta e oito centavos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 30 anos e 7 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De 29:

Bento Marques Ferreira, Guarda Florestal, da Delegação do Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas, em Santa Cruz - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de aposentação e da Pensão de sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 154.752\$00 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois escudos) sujeita a rectificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço, prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 1 de Março de 2005, do Director substituto da Contabilidade Pública foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 34 anos.

A dívida no montante de 314.894\$00 (trezentos e catorze mil, oitocentos e noventa e quatro escudos), poderá ser amortizada em 250 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.154\$00 e as restantes de 1.260\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de Agosto de 2005).

De 7:

Amandio de Jesus Almeida Gomes, vereador profissionalizado da Câmara de Santa Cruz - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6º alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado total e permanente incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Dezembro de 2004 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 10 de Maio de 2005, com direito a pensão anual de 1.468.800\$00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 14 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

OBS: O acidente ocorreu em serviço.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 8 de Agosto de 2005).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº 1º, Div. 15º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente.

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina:

De 28 de Junho de 2005:

Francisca Moreira Mendes Brito, na qualidade de viúva de Manuel Mendes Brito, ex-agente administrativo, referência 3, escalão B da Câmara Municipal de Santa Catarina, falecido em 29 de Junho de 2001, fixado ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º

70º 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela lei nº 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 36.000\$00, (trinta e seis mil escudos), com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2003.

A esta pensão deverão ser descontada as quantias de 117.728\$00 e 19.656\$00 para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 200 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 716\$00 e 259\$00 e as restantes de 588\$00 e 163\$50, respectivamente.

Beneficiou do Decreto-Lei nº 21/94 de 28 de Março.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capº 17º, artigo 1º nº 1 do orçamento vigente da Câmara Municipal da Praia. - (Visado pelo Tribunal de Contas, em 17 de Agosto de 2005).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 22 de Agosto de 2205. - A Directora-Geral, por substituição, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO

Direcção de Administração

Despacho conjunto de S. Exª o Ministro das Finanças e Planeamento e o Presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros:

De 11 de Maio de 2005:

É dado por finda a requisição de António Aureliano Tavares Rodrigues, secretário de finanças e Jorge Milton Rodrigues Rosa, técnico tributário auxiliar, junto da Câmara Municipal dos Mosteiros, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*, nos termos do disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, na Praia, aos 24 de Agosto de 2005. - A Directora, *Albertina Rocha Costa*.

—oço—

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUCIAL

Secretaria

AVISO

São avisados os candidatos ao concurso de ingresso no quadro da Magistratura Judicial - categoria de Juiz de Direito - conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* nº 27, III Série, de 15 de Julho de 2005, de que por deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 27 de Julho de 2005, foram designados para a constituição do júri:

- Dr.ª Maria de Fátima Coronel, Juiz Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça - que presidirá;
- Dr. Anildo Martins, Inspector Superior Judicial - vogal; e
- Dr. Cláudio Furtado, Sociólogo - vogal.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 22 de Agosto de 2005. - O Secretário, *Boaventura Borges Semedo*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—o§o—

NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00

AVULSO por cada página 10\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 10\$00

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série	7 200\$00	6 200\$00
II Série	5 800\$00	4 800\$00
III Série	5 000\$00	4 000\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 180\$00